

MONOGRAFIAS DO CEJ



**Conflito de atribuições entre o Tribunal
de Contas da União e os órgãos
administrativos luso-brasileiros
de controle da magistratura:
uma perspectiva democrática fiscalizatória
(*checks and balances*)**

Artur Cesar de Souza



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Centro de Estudos Judiciários

Copyright © Conselho da Justiça Federal – 2015

Tiragem: 2.600 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EDITORAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Reinaldo Couto – Secretário

Cyva Regattieri de Abreu – Subsecretária de Informação Documental e Editoração

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO

Edição e Revisão

Milra de Lucena Machado Amorim – Coordenadora

Ariane Emilio Kloth – Chefe de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues – Servidora da Seção de Editoração e Revisão

Diagramação e arte-final

Alice Zilda Dalben Siqueira – Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

PROJETO GRÁFICO

Grau Design Gráfico

IMPRESSÃO

Coordenadoria de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

5729 Souza, Artur Cesar de.

Conflito de atribuições entre o Tribunal de Contas da União e os órgãos administrativos luso-brasileiros de controle da magistratura: uma perspectiva democrática fiscalizatória (*checks and balances*) / Artur Cesar de Souza. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2015.

267 p. – (Série monografias do CEJ ; 19)

ISBN 978-85-8296-009-7

1. Conflito de atribuições. -- 2. Tribunal de Contas, Brasil, Portugal. -- 3. Controle jurisdicional. -- 4. Magistratura, Brasil, Portugal. -- 5. Finanças públicas. -- I. Título. -- II. Série.

CDU 351.95

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
1 CONSTITUIÇÃO, FINS E FUNÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS E BRASILEIRO	23
1.1 DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS	23
1.2 DO TRIBUNAL DE CONTAS BRASILEIRO	34
1.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS E BRASILEIRO	40
1.4 DO VISTO	44
2 DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DO PODER JUDICIÁRIO	51
2.1 CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PORTUGUÊS	51
2.2 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ	56
3 CONFLITO DE JURISDIÇÃO: TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS X CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	61
4 CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO BRASILEIRO E O CONSELHO NACIONAL DE CONTAS	69
5 DA LEGITIMIDADE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO BRASILEIRO PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI	107

6	ILEGITIMIDADE E INCOMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PARA DIRIMIR CONFLITO QUE ENVOLVA O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	113
7	PREPONDERÂNCIA DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – <i>CHEKS AND BALANCES</i>	117
8	“ <i>CHEKS AND BALANCES</i> ” COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	129
9	OBJETO DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – NATUREZA JURÍDICA DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE - GEL	143
9.1	DA NATUREZA INDENIZATÓRIA DA GEL – PREVISÃO NO ART. 65 DA LOMAN	190
9.2	DA NATUREZA INDENIZATÓRIA DA GEL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO EM LOCALIDADE DE FRONTEIRA OU DE DIFÍCIL PROVIMENTO	201
10	PRINCIPAIS PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE REGULAMENTAM O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO BRASILEIRO	219
	REFERÊNCIAS	262